

Folha do Professor

Informativo do Sindicato dos Professores no DF - Ano XXIV - Nº 208 - Julho de 2021



www.sinprodfo.org.br



Rovena Rosa | Agência Brasil

Seu voto pode mudar tudo

VOTO E DEMOCRACIA

Entenda como o voto influencia nos direitos e na qualidade de vida da população brasileira (p. 2)

ATAQUE

Veja como as/os parlamentares votaram em projetos que prejudicam a Educação e o Brasil (p. 3)

VALE MUITO

O peso da Educação para o processo eleitoral no Brasil e na construção da consciência para votar (p. 12)

Cada VOTO conta para a DEMOCRACIA

Na manifestação de famosos ou em conversas corriqueiras com amigos e familiares, a polarização da política vem sendo tratada com cada vez mais destaque. Recentemente, a atriz Juliana Paes definiu essa polarização entre "extrema-direita e delírios comunistas". A tentativa falha de explicação da atriz gerou debate caloroso no país inteiro e, mais uma vez, fez refletir sobre a importância do direito constitucional ao voto e da consciência do ato de votar.

Antes de tudo, é necessário reconhecer que a dualidade real que se apresenta não é a de uma extrema-direita e de um suposto comunismo delirante, mas a do autoritarismo com contornos fascistas e o da democracia. Se colocar pretensiosamente como isento a esse cenário é assumir que não há diferença entre o genocídio e a defesa da vida; a ciência e o negacionismo; o emprego e o desalento; o prato cheio e a miséria; a educação e o

obscurantismo. Não há um caminho do meio quando a defesa é feita em nome da democracia. E é por isso que o voto conta, e conta muito.

Intencionalmente tratado com pouca importância pelos meios de comunicação tradicionais, o ato de votar não se resume apenas a um exercício garantido pela democracia, mas tem o poder de definir se essa mesma democracia caminhará rumo ao flagelo ou rumo à consolidação. E é por isso que a escolha das/os candidatas/os antes de apertar o "confirma" é uma análise que deve ser feita com seriedade e, sobretudo, consciência.

Muito mais que não gostar do "tom" do/a candidata/o A ou B, ou da forma como ela/ele se veste, é necessário saber qual o projeto político que sua/seu candidata/o defende. Se você é uma/um professora/or que defende a educação universalizada e de qualidade, com respeito e valorização da categoria, por exemplo,

não faz sentido votar em quem quer obrigar a categoria a voltar à sala de aula em plena pandemia sem a garantia da vacina contra a covid-19. Assim como seria paradoxal votar em quem quer impedir que você se posicione; ou votar em quem disse durante a campanha eleitoral que a educação era prioridade e agora se esquia de pagar a última parcela do reajuste salarial conquistado pela categoria em 2012. Se você é alguém que defende que todas e todos tenham direito à saúde, educação, segurança, atendimento jurídico, não faz sentido votar em quem quer acabar com os serviços públicos, como projeta a reforma administrativa. Se você se indigna com a fome, não vai votar em quem não lutou por um auxílio emergencial de R\$ 600, ou pior, quem defendeu que esse auxílio fosse de R\$ 150 no momento mais crítico da história. Se você preza pela democracia, definitivamente não pode dar seu voto a fascistas, geno-

cidas, milicianos ou àquelas/es que apoiam seus projetos – ou se "isentam" de posicionar-se sobre suas propostas. Aliás, é essencial ainda lembrar que, embora o voto branco ou nulo seja uma opção, a história mostra que deixar de votar ou não votar em ninguém é o avesso da revolução.

Os tempos são árduos. O cenário político-econômico é assustador: desemprego, fome, miséria, extermínio dos direitos trabalhistas. Mais de meio milhão de pessoas mortas por uma doença que tem vacina. Em velocidade nunca antes vista, a desinformação gira, atingindo indiscriminadamente todas as pessoas. Não há novo normal! Há uma anormalidade gerada por uma política gananciosa, autoritária, cruel e alheia a qualquer interesse coletivo. E a nossa cara democracia depende, mais que nunca, da escolha das/os representantes políticos e governantes que faremos nas próximas eleições.



VOTAR sem consciência prejudica a EDUCAÇÃO e o BRASIL

A transversalidade da Educação com outros setores é evidente. Não se pode falar em Educação universalizada e plural em um país separado pelo muro da desigualdade social. Não se pode falar em saúde pública e fortalecida em um país que despreza pesquisas acadêmicas e endemoniza universidades. Não se pode falar em pleno emprego em um país que preza exclusivamente por um ensino tecnicista, carente de consciência social. Tudo está interligado, e a Educação compõe todos esses elos. Dessa forma, a escolha das/os representantes políticos e governantes deve estar aliada ao compromisso desses candidatos e candidatas com a Educação.

Desde 2016, quando um golpe político-jurídico-midiático impediu a presidente Dilma Rousseff, a Constituição Federal vem sendo revogada a partir de projetos e propostas que vão contra direitos trabalhistas, acesso aos serviços públicos, atuação do Estado, liberdade de expressão. Alguns desses projetos miram direto na Educação; outros acabam atingindo o setor de forma paralela. Em nível nacional, pode-se citar, entre outras propostas, a terceirização das atividades-fim (PL 4.302/1998); a reforma trabalhista; a reforma da Previdência (PEC 6/2019, transformada na EC 103); a PEC do Teto de Gastos (EC 95); e, ainda em trami-

tação, a reforma administrativa (PEC 32/2020).

No Distrito Federal, o prejuízo das propostas emplacadas no Congresso Nacional é agravado por propostas aprovadas pela Câmara Legislativa, pleiteadas pelo Executivo local e apoiadas pela base governista. Entre as propostas, estão o aumento da alíquota previdenciária (PL 1032/2020), a educação domiciliar/Homeschooling (PL 356/2019), a militarização das escolas; a voucherização do ensino (PL 1380/2020); além do projeto de privatização das estatais, que já entregou a CEB à iniciativa privada.

Para que você fique atenta/o na hora de escolher em quem

votar, listamos abaixo alguns projetos prejudiciais à Educação e ao Brasil e como cada parlamentar do DF se posicionou frente a eles. Os partidos aos quais os parlamentares são filiados estão categorizados em direita, centro-direita, centro, centro-esquerda, esquerda e sem partido (veja a identificação na legenda). A categorização foi feita a partir da definição apresentada por veículos de comunicação especializados em política. Ao final, um gráfico mostra como cada uma dessas categorizações se posicionou frente aos projetos apresentados nesta Folha do Professor: se contrário ou a favor da Educação, do Brasil e da classe trabalhadora.



Sem partido



Esquerda



Centro-esquerda



Centro



Centro-direita



Direita

A legenda indica, por cores e posição da figura geométrica, a classificação dos partidos políticos em um espectro mais amplo: direita, centro-direita, centro, centro-esquerda, esquerda e sem partido

Esfera Federal

2017

2016

TETO DE GASTOS EMENDA CONSTITUCIONAL 95

AUTOR: EXECUTIVO (GOVERNO
MICHEL TEMER)

O que diz: Implementada com o suposto argumento de realizar "equilíbrio fiscal", a Emenda Constitucional 95 retirou R\$ 32,6 bilhões da educação, até 2019, segundo cálculos da Campanha Nacional pelo Direito à Educação. Com a emenda, até mesmo o cumprimento de diretrizes estruturantes do setor, como o Plano Nacional de Educação (PNE), fica inviabilizado.

Como votaram deputadas/os do DF:



Como votaram senadoras/es do DF:



REFORMA TRABALHISTA

AUTOR: EXECUTIVO (GOVERNO
MICHEL TEMER)

O que diz: A promessa era de geração de emprego. As milhões de vagas de trabalho não vieram, mesmo antes da pandemia. Hoje, mais de 14 milhões de brasileiros estão desempregados, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Além disso, os direitos trabalhistas foram drasticamente fragilizados: criação do contrato de trabalho intermitente, que permite a admissão do trabalhador, mas não dá a ele garantia de que terá trabalho e salário; ampliação da jornada de trabalho de 12 horas x 36 horas para todas as categorias; transformação do salário fixo do trabalhador em algo variável; e terceirização ampla, geral e irrestrita.

Como votaram deputadas/os do DF:



Como votaram senadoras/es do DF:



2017

2017

TERCEIRIZAÇÃO ILIMITADA

AUTOR: EXECUTIVO (CRIADO NO
GOVERNO FHC E ENCAMINHADO
NO GOVERNO MICHEL TEMER)

REFORMA DO ENSINO MÉDIO

AUTOR: EXECUTIVO (GOVERNO
MICHEL TEMER)

O que diz: Também em 2017, o governo federal aprovou a reforma do Ensino Médio. Embora a adesão à reforma possa ser ajustada à realidade das diversas unidades escolares do DF, estados e municípios, a matriz da proposta nacional precariza o trabalhador da educação e torna o ensino tecnicista, vedando a formação do pensamento crítico.

Como votaram deputadas/os do DF:



Como votaram senadoras/es do DF:



Como votaram senadoras/es do DF:

Não há registro da votação

2019

REFORMA DA PREVIDÊNCIA

AUTOR: EXECUTIVO (CRIADO NO GOVERNO MICHEL TEMER COM ANDAMENTO NO GOVERNO BOLSONARO)

O que diz: Segundo o governo Bolsonaro, a reforma da Previdência tem como objetivo "acabar com privilégios". Por causa dela, professores e orientadores educacionais das escolas públicas do DF tiveram aumento na alíquota previdenciária, que passou de 11% para 14%. Para os aposentados, foi ainda pior. Antes, esses servidores eram isentos até o teto do RGPS e colaboravam com apenas 11% sobre o que ultrapassasse esse valor. Com a nova regra, aposentados passaram a contribuir com 11% sobre o que ultrapassar o salário mínimo e mais 14% sobre o que ultrapassar o RGPS.

Como votaram deputadas/os do DF:



Como votaram senadoras/es do DF:



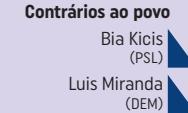
2019

HOMESCHOOLING (PL 3262/19)

AUTORAS: DEPUTADAS CHRIS TONIETTO (PSL-RJ), BIA KICIS (PSL-DF) E CAROLINE DE TONI (PSL-SC)

Permite a educação domiciliar. O projeto, entretanto, promove o abandono intelectual, já que não há possibilidade de fiscalização do ensino, bem como não há garantia da qualidade do que é ensinado, abrindo todas as vias para a escalada do negacionismo e do obscurantismo. Assim como o projeto em nível distrital, o PL 3262/19 objetiva ainda a terceirização do ensino, com o consequente desmonte da educação pública e universalizada. O PL do Homeschooling foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) da Câmara dos Deputados. O texto ainda depende de análise pelo Plenário.

Como votaram deputadas/os do DF na CCJ:



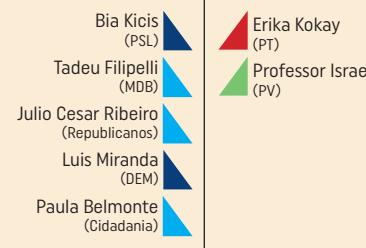
2020

PEC 186 (PEC EMERGENCIAL)

AUTOR: EXECUTIVO (GOVERNO BOLSONARO)

O que diz: O governo federal garantiu a aprovação da PEC 186, conhecida como PEC Emergencial, que já vigora como emenda constitucional (nº 109/2021). A PEC condicionou a prorrogação do Auxílio Emergencial aos que passam fome à aplicação de um pacote fiscal que atinge em cheio os servidores e serviços públicos, e acaba prejudicando justamente quem mais precisa de um Estado forte. Com ela, toda vez que a despesa corrente do DF, estados ou municípios atingir 85% da receita corrente, o poder Executivo poderá congelar salários e benefícios de servidores públicos, suspender realização de concursos e alterações nas carreiras. E isso por prazo indeterminado.

Como votaram deputadas/os do DF:



Ausente

Flávia Arruda (PL)

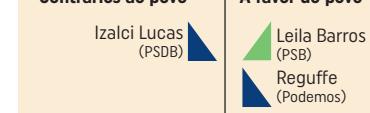
Como votaram senadoras/es do DF:



Ausentes

Flávia Arruda (PL) Celina Leão (PP)

Como votaram senadoras/es do DF:





2020

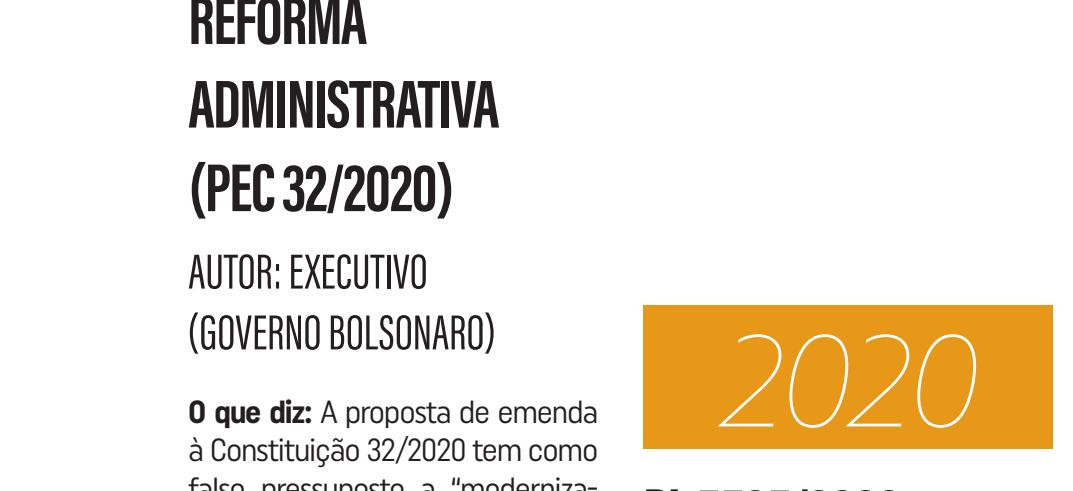
REFORMA ADMINISTRATIVA (PEC 32/2020)

AUTOR: EXECUTIVO
(GOVERNO BOLSONARO)

O que diz: A proposta de emenda à Constituição 32/2020 tem como falso pressuposto a "modernização" da administração pública e consequente economia no caixa do País. Entretanto, a reforma administrativa traz um conjunto de regras que representa o desmonte dos serviços públicos, com sérios ataques às/-aos servidoras/es do DF, de estados, municípios e da União. E ao contrário do que o governo diz, os prejuízos recaem não só sobre os futuros servidores, mas também sobre ativos, aposentados e pensionistas. Na contramão do que é divulgado, o resultado seria a ampliação das desigualdades sociais e a inviabilização de um Estado forte e soberano.

A reforma administrativa foi enviada pelo governo à Câmara em setembro de 2020. A proposta já passou pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Casa, responsável por avaliar se o texto está de acordo com a Constituição. O debate do mérito do projeto será realizado pela comissão especial instalada no dia 9 de junho.

**Como votaram deputadas/os do DF
na CCJ da Câmara:**
Contra o povo
Bia Kicis (PSL)



2020

PL 5595/2020

AUTORA: DEP.L PAULA BELMONTE
(CIDADANIA) E DEP. ADRIANA
VENTURA (NOVO)

O que diz: O projeto de lei 5595/2020 veda a suspensão das atividades educacionais em formato presencial em plena pandemia da covid-19. O projeto fala em tornar educação serviço essencial. Entretanto, tal essencialidade não está ligada à necessidade da educação emancipadora para a formação das/os estudantes, mas está vinculada à obrigatoriedade da manutenção das aulas independente do contexto e dos riscos que ele impõe.

O projeto foi aprovado na Câmara dos Deputados e será avaliado pelo Senado Federal.

Como votaram deputadas/os do DF:

Contra o povo	A favor do povo
Bia Kicis (PSL)	Erika Kokay (PT)
Laerte Bessa (PL)	Professor Israel (PV)
Luis Miranda (DEM)	Julio Cesar Ribeiro (Republicanos)
Paula Belmonte (Cidadania)	Celina Leão (PP)



Esfera Distrital

2019

EDUCAÇÃO DOMICILIAR (Homeschooling)

AUTOR: DEPUTADO JOÃO CARDOSO (AVANTE) E DEPUTADA JÚLIA LUCY (NOVO); PODER EXECUTIVO

O que diz: Dispõe sobre a educação domiciliar no âmbito do DF. A iniciativa, entretanto, mascara o projeto que objetiva a terceirização e a privatização da educação. Uma das provas disso é o que diz o artigo 3º da proposta: a educação domiciliar será exercida por meio de registro na Secretaria de Estado da Educação do Distrito Federal (SEEDF) em Entidade de Apoio à Educação Domiciliar (EAED) ou em instituição privada que esteja em regular funcionamento. No mesmo artigo (parágrafo 4º), está escrito que a família deverá demonstrar "aptidão técnica" para o desenvolvimento das atividades pedagógicas ou contratar profissionais capacitados. E o artigo 7º, por sua vez, diz que a SEEDF poderá fazer parcerias com entidades de apoio à educação domiciliar para realizar a avaliação das/os estudantes. A proposta ainda está em tramitação.

Como votaram deputadas/os:

Contra o povo

Júlia Lucy (Novo)

Delmasso (Republicanos)

João Cardoso (AVANTE)

Hermeto (MDB)

Fernando Fernandes (PROS)

Daniel Donizet (PL)

Valdelino (PP)

Martins Machado (Republicanos)

José Gomes (Sem partido)

Agaciel Maia (PL)

Jaqueleine Silva (PTB)

A favor do povo

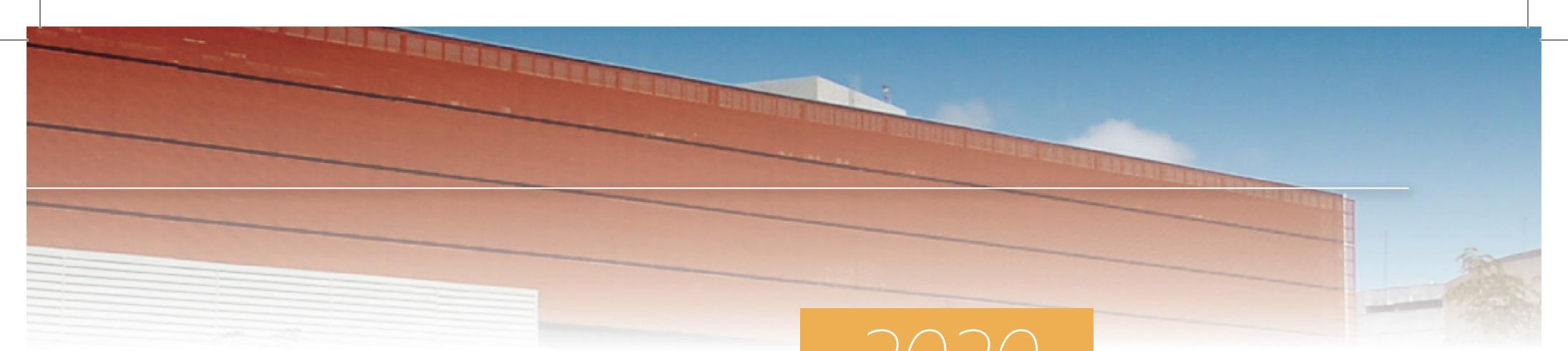
Arlete Sampaio (PT)

Chico Vigilante (PT)

Fábio Félix (PSOL)

Leandro Grass (Rede)

Reginaldo Veras (PDT)



2020

2020

REAJUSTE DA ALÍQUOTA PREVIDENCIÁRIA

AUTOR: PODER EXECUTIVO (GOVERNO IBANEIS)

O que diz: O reajuste da alíquota previdenciária aos servidores do DF é consequência da reforma da Previdência estabelecida pelo governo Bolsonaro. Publicada em julho de 2020, no Diário Oficial do DF, a alteração do GDF amplia os prejuízos impostos aos servidores. Além de aplicar o percentual de 14% aos servidores ativos, Ibaneis impõe que aposentados e pensionistas também sofram desconto, mesmo que o salário seja inferior ao teto do Regime Geral de Previdência Social (R\$ 6.101,06, valor de 2020). Pela lei anterior, aposentados e pensionistas só eram taxados em 11% sobre o que excedesse o teto do RGPS. Com a nova lei, quem tem faixa salarial que vai de um salário mínimo até o teto do RGPS é taxado em 11%. Aqueles que recebem além do teto do RGPS têm desconto de 14% sobre o que excede este valor.

Como votaram deputadas/os:

Contrários ao povo

- Hermeto (MDB)
- Eduardo Pedrosa (PTC)
- Cláudio Abrantes (PDT)
- Rafael Prudente (MDB)
- Roosevelt Vilela (PSB)
- José Gomes (Sem partido)
- Jaqueleine Silva (PTB)

A favor do povo

- Júlia Lucy (Novo)
- Delmasso (Republicanos)
- Fernando Fernandes (PROS)
- Daniel Donizet (PL)
- Valdelino (PP)
- Martins Machado (Republicanos)
- Robério Negreiros (PSD)
- Iolando (PSC)

MILITARIZAÇÃO DAS ESCOLAS

AUTOR: DEPUTADO HERMETO (MDB)

O que diz: Permite que militares das diferentes polícias (Exército, Civil e Militar) e corpos de bombeiros, exerçam as funções de diretor administrativo, pedagógico ou disciplinar, além de monitores ou instrutores dos estudantes das escolas civis públicas. Neste modelo, é dada prioridade ao reforço de práticas de subserviência, hierarquia. Dessa forma, o ensino que almeja a emancipação – e necessariamente discute questões de gênero, raça, desigualdade social – é renegado.

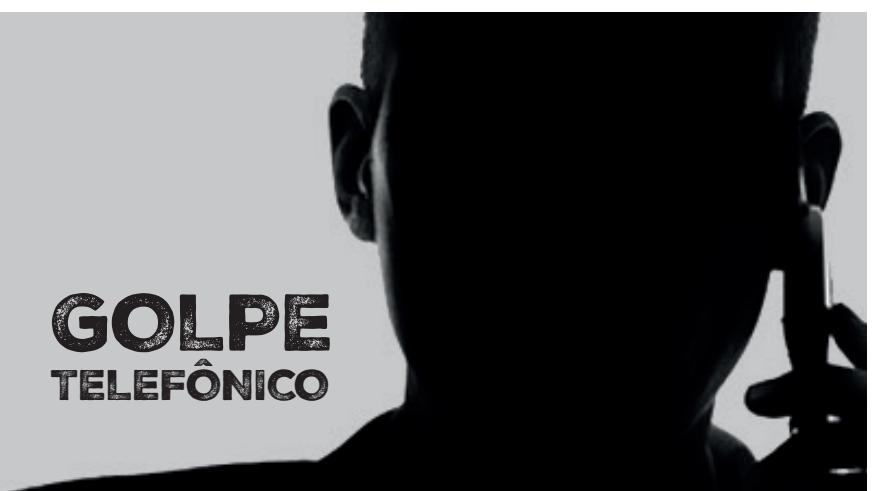
Como votaram deputadas/os:

A favor do povo

- A votação na Câmara Legislativa sobre o processo foi realizada de forma simbólica. Manifestaram-se apenas as/os deputadas/os que se posicionam contrárias/os ao projeto. São elas/eles:
- Arlete Sampaio (PT)
 - Chico Vigilante (PT)
 - Fábio Félix (PSOL)

- Leandro Grass (Rede)
- Reginaldo Veras (PDT)

GOLPE TELEFÔNICO



O Sinpro-DF alerta que a solicitação de depósito bancário ou PIX NUNCA foi adotada para que sindicalizadas/os possam ter acesso a ganhos financeiros oriundos de processos na Justiça, como precatórios e ações de indenizações. Informamos ainda que não temos serviços telefônicos com prefixo 0800 e nem entramos em contato com as/os sindicalizadas/os com código de área diferente de 61. Não caia em golpe! Em caso de dúvida, entre em contato conosco por um dos nossos telefones oficiais, informados em www.sinprod.org.br.

Esfera Federal

Como votaram os parlamentares

(Até o fechamento deste jornal, a movimentação partidária pode ter mudado.)



Direita

Alberto Fraga (DEM)

(Não está na atual legislatura)

Das votações que participou em projetos apontados neste informativo, o ex-deputado Alberto Fraga **votou todas as vezes contra a Educação e o Brasil**.



Direita

Izalci (PSDB)

(Presente na atual legislatura como senador)

Das votações que participou em projetos apontados neste informativo, em apenas um o senador Izalci votou a favor do Brasil, em todas as outras ele foi **contrário ao interesse do povo**.



Direita

Reguffe (Podemos)

(Presente na atual legislatura como senador)

Das votações que participou em projetos apontados neste informativo, o senador Reguffe votou **metade das vezes contra a classe trabalhadora e o Brasil**.



Direita

Luis Miranda (DEM)

(Presente na atual legislatura como deputado federal)

Das votações que participou em projetos apontados neste informativo, o deputado Luis Miranda **votou todas as vezes contra a Educação e o Brasil**.



Direita

Laerte Bessa (PL)

(Presente na atual legislatura)

Das votações que participou em projetos apontados neste informativo, o ex-deputado Laerte Bessa **votou todas as vezes contra a Educação e o Brasil**.



Direita

Cristovam Buarque (PPS - atual Cidadania)

(Não está na atual legislatura)

Das votações que participou em projetos apontados neste informativo, o ex-senador Cristovam Buarque **votou todas as vezes contra a Educação e o Brasil**.



Direita

Bia Kicis (PSL)

(Presente na atual legislatura como deputada federal)

Das votações que participou em projetos apontados neste informativo, a deputada Bia Kicis **votou todas as vezes contra a Educação e o Brasil**.



Centro-direita

Rôney Nemer (PP)

(Não está na atual legislatura)

Das votações que participou em projetos apontados neste informativo, o ex-deputado Rôney Nemer **votou todas as vezes em defesa da Educação e do Brasil**.

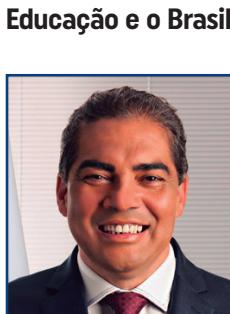


Direita

Rogério Rosso (PSD)

(Não está na atual legislatura)

Das votações que participou em projetos apontados neste informativo, o ex-deputado Rogério Rosso **votou majoritariamente contra a Educação e o Brasil**.



Direita

Hélio José (PMDB - atual MDB)

(Não está na atual legislatura)

Das votações que participou em projetos apontados neste informativo, o ex-senador Hélio José votou **todas as vezes contra a Educação e o Brasil**.



Direita

Flávia Arruda (PL)

(Deputada da atual legislatura licenciada)

Das votações que participou em projetos apontados neste informativo, a deputada Flávia Arruda **votou todas as vezes contra a Educação e o Brasil**.



Centro-direita

Celina Leão (PP)

(Presente na atual legislatura como deputada federal)

Das votações que participou em projetos apontados neste informativo, a deputada Celina Leão **votou todas as vezes contra a classe trabalhadora e o Brasil**.



Centro-direita

Julio Cesar Ribeiro (Republicanos)

(Presente na atual legislatura como deputado federal)

Das votações que participou em projetos apontados neste informativo, em apenas um o deputado Julio Cesar Ribeiro votou a favor do Brasil, em todas as outras ele **foi contrário ao interesse do povo**.



Centro-direita

Paula Belmonte (Cidadania)

(Presente na atual legislatura como deputada federal)

Das votações que participou em projetos apontados neste informativo, a deputada Paula Belmonte **votou todas as vezes contra a Educação e o Brasil**.



Centro-direita

Tadeu Filipelli (MDB)

(Presente na atual legislatura como deputado federal)

Das votações que participou em projetos apontados neste informativo, o deputado Tadeu Filipelli **votou todas as vezes contra a Educação e o Brasil**.



Centro

Ronaldo Fonseca (PROS)

(Não está na atual legislatura)

Das votações que participou em projetos apontados neste informativo, o ex-deputado Ronaldo Fonseca **votou a maior parte das vezes contra a classe trabalhadora e o Brasil**.



Centro

Augusto Carvalho (Solidariedade)

(Não está na atual legislatura)

Das votações que participou em projetos apontados neste informativo, o ex-deputado Augusto Carvalho **votou metade das vezes contra a classe trabalhadora e o Brasil**.



Centro-esquerda

Professor Israel (PV)

(Presente na atual legislatura como deputado federal)

Das votações que participou em projetos apontados neste informativo, o deputado Professor Israel **votou todas as vezes em defesa da Educação e do Brasil**.



Centro-esquerda

Leila Barros (PSB)

(Presente na atual legislatura como senadora)

Das votações que participou em projetos apontados neste informativo, a senadora Leila Barros **votou todas as vezes em defesa da Educação e do Brasil**.



Esquerda

Erika Kokay (PT)

(Presente na atual legislatura como deputada)

Das votações que participou em projetos apontados neste informativo, a deputada Erika Kokay **votou todas as vezes em defesa da Educação e do Brasil**.



Acesse o QR Code acima e veja a edição especial da Folha do Professor sobre a reforma Administrativa.

Esfera Distrital

Como votaram os parlamentares

(Até o fechamento deste jornal, a movimentação partidária pode ter mudado.)



Martins Machado
(Republicanos)

(Presente na atual legislatura)

Das votações que participou em projetos apontados neste informativo, o deputado Martins Machado votou todas as vezes contra a Educação e o Brasil.



Agaciel Maia
(PL)

(Presente na atual legislatura)

Das votações que participou em projetos apontados neste informativo, o deputado Agaciel Maia votou todas as vezes contra a Educação e o Brasil.



Jaqueline Silva
(PTB)

(Presente na atual legislatura)

Das votações que participou em projetos apontados neste informativo, a deputada Jaqueline Silva votou todas as vezes contra a Educação e o Brasil.



Júlia Lucy (Novo)

(Presente na atual legislatura)

Das votações que participou em projetos apontados neste informativo, a deputada Júlia Lucy votou todas as vezes contra a Educação e o Brasil.



Delmasso
(Republicanos)

(Presente na atual legislatura)

Das votações que participou em projetos apontados neste informativo, o deputado Delmasso votou todas as vezes contra a Educação e o Brasil.



Daniel Donizet
(PL)

(Presente na atual legislatura)

Das votações que participou em projetos apontados neste informativo, o deputado Daniel Donizet votou todas as vezes contra a Educação e o Brasil.



Robério
Negreiros (PSD)

(Presente na atual legislatura)

Das votações que participou em projetos apontados neste informativo, o deputado Robério Negreiros votou todas as vezes contra a Educação e o Brasil.



Iolando (PSC)

(Presente na atual legislatura)

Das votações que participou em projetos apontados neste informativo, o deputado Iolando votou todas as vezes contra a Educação e o Brasil.



Eduardo
Pedrosa (PTC)

(Presente na atual legislatura)

Das votações que participou em projetos apontados neste informativo, o deputado Eduardo Pedrosa votou todas as vezes contra a Educação e o Brasil.



Jorge Vianna
(Podemos)

(Presente na atual legislatura)

Das votações que participou em projetos apontados neste informativo, o deputado Jorge Vianna votou todas as vezes a favor da Educação e do Brasil.



Valdelino (PP)

(Presente na atual legislatura)

Das votações que participou em projetos apontados neste informativo, o deputado Valdelino votou todas as vezes contra a Educação e o Brasil.



Hermeto (MDB)

(Presente na atual legislatura)

Das votações que participou em projetos apontados neste informativo, o deputado Hermeto votou todas as vezes contra a Educação e o Brasil.



Rafael Prudente
(MDB)

(Presente na atual legislatura)

Das votações que participou em projetos apontados neste informativo, o deputado Rafael Prudente votou todas as vezes contra a Educação e o Brasil.



Fernando
Fernandes

(PROS)

(Presente na atual legislatura)

Das votações que participou em projetos apontados neste informativo, o deputado Fernando Fernandes votou todas as vezes contra a Educação e o Brasil.



João Cardoso
(AVANTE)

(Presente na atual legislatura)

Das votações que participou em projetos apontados neste informativo, o deputado João Cardoso votou metade das vezes contra a Educação e o Brasil.



Reginaldo
Sardinha

(AVANTE)

(Presente na atual legislatura)

Das votações que participou em projetos apontados neste informativo, o deputado Reginaldo Sardinha votou todas as vezes a favor da Educação e do Brasil.



Leandro Grass
(Rede)

(Presente na atual legislatura)

Das votações que participou em projetos apontados neste informativo, o deputado Leandro Grass votou todas as vezes a favor da Educação e do Brasil.



Reginaldo Veras
(PDT)

(Presente na atual legislatura)

Das votações que participou em projetos apontados neste informativo, o deputado Reginaldo Veras votou todas as vezes a favor da Educação e do Brasil.



Cláudio
Abrantes (PDT)

(Presente na atual legislatura)

Das votações que participou em projetos apontados neste informativo, o deputado Cláudio Abrantes votou todas as vezes contra a Educação e o Brasil.



Roosevelt Vilela
(PSB)

(Presente na atual legislatura)

Das votações que participou em projetos apontados neste informativo, o deputado Roosevelt Vilela votou todas as vezes contra a Educação e o Brasil.



Arlete Sampaio (PT)
(Presente na atual legislatura)
Das votações que participou em projetos apontados neste informativo, a deputada Arlete Sampaio **votou todas as vezes a favor da Educação e do Brasil**.



Fábio Félix (PSOL)
(Presente na atual legislatura)
Das votações que participou em projetos apontados neste informativo, o deputado Fábio Félix **votou todas as vezes a favor da Educação e do Brasil**.

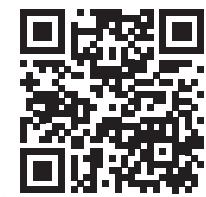


Chico Vigilante (PT)
(Presente na atual legislatura)
Das votações que participou em projetos apontados neste informativo, o deputado Chico Vigilante **votou todas as vezes a favor da Educação e do Brasil**.



José Gomes
(Presente na atual legislatura)
Das votações que participou em projetos apontados neste informativo, o deputado José Gomes **votou todas as vezes contra a Educação e o Brasil**.

Você já conhece o APP do Sinpro-DF? Por ele você assiste às assembleias, acompanha as notícias do Sindicato e ainda consegue atualizar seu cadastro. Aponte seu celular par ao QR Code e confira!



PERIGO À VISTA

Veja alguns projetos que estão em tramitação na Câmara Legislativa do DF e são danosos à Educação e à sociedade do Distrito Federal.

INFÂNCIA SEM PORNOGRAFIA

AUTOR: DEPUTADO DELMASSO (REPUBLICANOS)

O que diz: Semelhante ao projeto Escola Sem Partido, a tentativa do projeto Infância Sem Pornografia, de 2017, é estabelecer que as crianças não sejam expostas a outras filosofias ou religiões nas instituições públicas, o que incluiria as escolas. A proposta choca frontalmente com o processo educacional permeado pelo pluralismo de ideias. O PL está em tramitação na Comissão de Constituição e Justiça.

O projeto foi aprovado na Comissão de Educação e Saúde, mesmo com o parecer contrário do deputado Regionaldo Veras (PDT), lido pela deputada Arlete Sampaio (PT). Nessa Comissão, votaram a favor do projeto os deputados Fernando Fernandes (Pros), Jorge Vianna (Podemos) e Jaqueline Silva (PTB).

VOUCHER NA EDUCAÇÃO

AUTORES: JÚLIA LUCY (NOVO) E RAFAEL PRUDENTE (MDB)

O que diz: São dois os projetos que visam à "voucherização" do ensino: o PL 1380/2020, da deputada Julia Lucy, e o PL 852/2016, do deputado Rafael Prudente. As propostas tramitam conjuntamente e visam transferir recursos públicos para a iniciativa privada por meio de uma "bolsa do estudante" ou "voucher". A justificativa se pauta no falso argumento de que "não há vaga na rede pública de ensino". Entretanto, os projetos estão ancorados na intenção de privatizar o setor. Apresentados sem nenhuma discussão com a categoria do magistério, os PLs aumentam a desigualdade da oferta de educação, penalizando ainda mais a parcela social mais vulnerável economicamente.

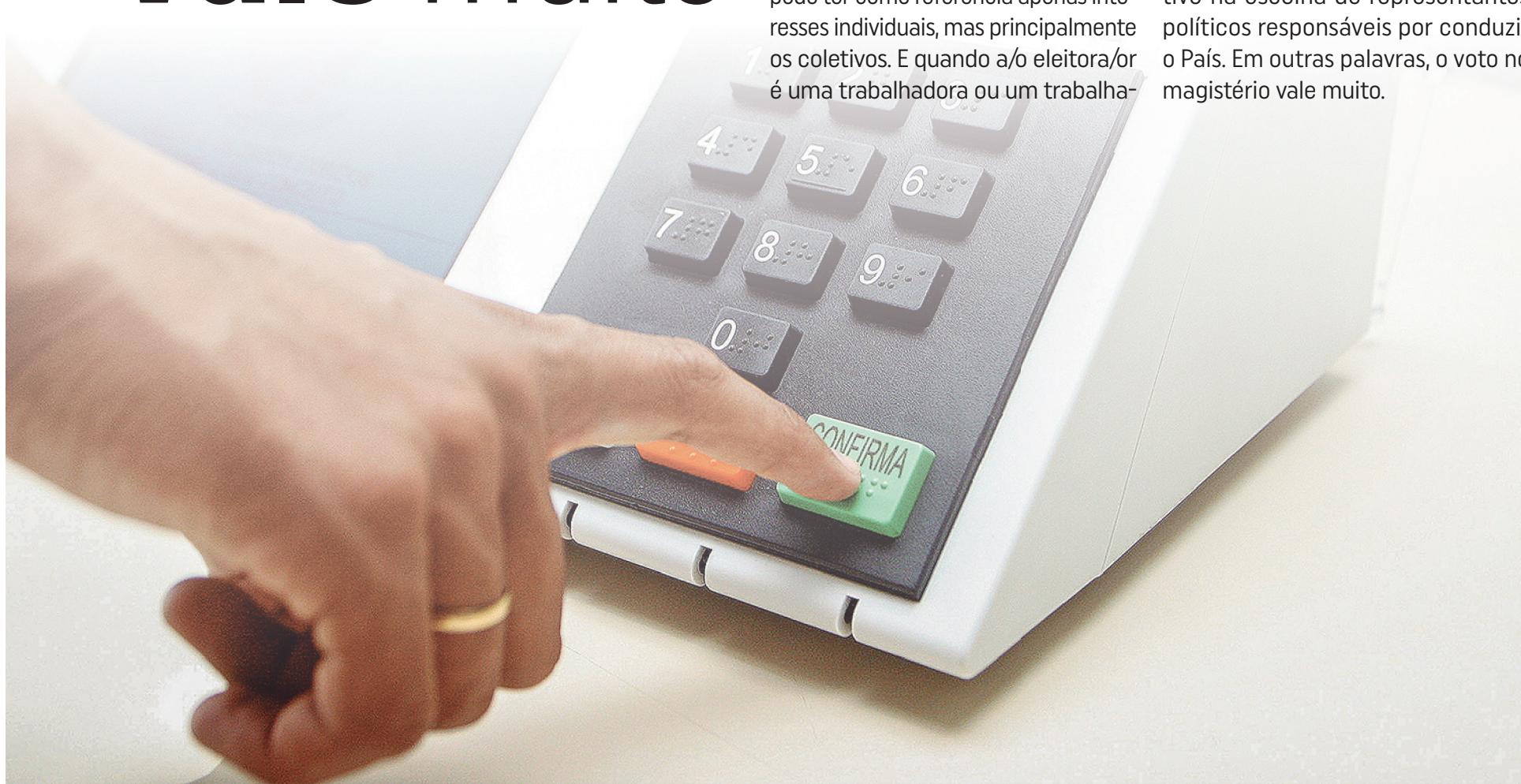
Situação: Parecer do relator deputado Delmasso (Republicanos) é pela aprovação. Deputada Arlete Sampaio (PT) pediu vista e PL saiu de pauta.

EDUCAÇÃO COMO ATIVIDADE ESSENCIAL

AUTORA: JÚLIA LUCY (NOVO)

O que diz: Proposto em 2020, o projeto é inspirado no PL 5595/20, da deputada federal Paula Belmonte (Cidadania-DF), que proíbe a suspensão de aulas presenciais durante pandemias e calamidades públicas. O projeto da deputada distrital Júlia Lucy teve parecer contrário dado pelo relator deputado Leandro Grass (Rede), que alegou falta de condições sanitárias para o retorno às aulas presenciais. Segundo o parecer, a volta às aulas de maneira precipitada coloca em risco a vida dos estudantes, professores, seus familiares e a sociedade em geral. A deputada Júlia Lucy foi convencida a retirar o projeto de pauta para a realização de audiências públicas.

O voto do magistério vale muito



A trajetória do voto no Brasil é longa. Ele já foi restrito à elite, aos homens; já foi proibido aos analfabetos e até já foi usado em momentos de repressão política. No País, o voto só se tornou direto e secreto, com igual valor para todas/os, após a redemocratização de 1988. E embora a história mostre que o voto, por si só, não pode ser considerado sinônimo de democracia, é impossível pensar em um sistema democrático sem o voto e, sobretudo, sem eleitores conscientes.

O voto apresenta uma matemática certeira. Ao mesmo tempo em que ele pode somar para garantir um cenário de emprego e igualdade social, ele também pode subtrair os ganhos obtidos e resultar na miséria e no desalento da população. É por isso que o valor de um voto não pode ter como referência apenas interesses individuais, mas principalmente os coletivos. E quando a/o eleitora/or é uma trabalhadora ou um trabalha-

dor, é necessário lembrar que a coletividade a que ela/ele pertence precisa de emprego e renda, de direitos trabalhistas, de saúde, educação, previdência, proteção social. Neste sentido, a consciência de voto está diretamente ligada à consciência de classe, construída também nas escolas, a partir do processo de ensino-aprendizado.

O espaço da escola é determinante para manter problemas sociais ou para superá-los de uma vez por todas. É através do debate, das várias ideias, da pluralidade, mediadas por docentes, que se forma cidadãs e cidadãos conscientes da sua realidade, conhecedores do seu passado e protagonistas do seu futuro. É por isso que a responsabilidade do voto consciente deve ser atributo de professoras e professores; e por isso também que o magistério é definitivo na escolha de representantes políticos responsáveis por conduzir o País. Em outras palavras, o voto no magistério vale muito.